Da possibilidade de concessão de tutela provisória de urgência por juízo absolutamente incompetente

The possibility of granting provisional remedy of urgency by an absolutely incompetent court

Camila Schneider^{*}

Marco Antônio Rodrigues^{**}

REFERÊNCIA

RODRIGUES, Marco Antônio; SCHNEIDER, Camila. Da possibilidade de concessão de tutela provisória de urgência por juízo absolutamente incompetente. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 41, p. 305-324, dez. 2019. DOI: <<https://doi.org/10.22456/0104-6594.77523>>.

RESUMO

O estudo tem o desígnio de analisar a possibilidade de concessão de tutela provisória de urgência por juízo absolutamente incompetente, partindo-se da interpretação sistemática do novo modelo de processo instaurado pelo Código de Processo Civil de 2015. Para tanto, explanam-se, inicialmente, as principais alterações relacionadas às normas de fixação de competência. Após, em breve síntese, discorre-se sobre o instituto da tutela provisória de urgência, seus requisitos e principais características. Na sequência, abordam-se os fundamentos que ensejariam, de forma excepcional, a concessão da tutela por juízo absolutamente incompetente. Destaca-se, ante sua natureza procedimental, a possibilidade de flexibilização das normas de fixação de competência e que o debate, em que pese oriundo de tais normas, relaciona-se à colisão de princípios constitucionais e fundamentais processuais, devendo ser dada prevalência, ante a finalidade última da relação processual, à prestação da tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva, a qual foi elevada, pelo legislador infraconstitucional, a compromisso fundamental, consagrando-se, pois, o princípio do processo justo.

PALAVRAS-CHAVE

Tutela provisória de urgência. Concessão. Juízo Absolutamente incompetente. Processo justo. Princípios. Ponderação.

ABSTRACT

The study has the purpose of analyzing the possibility of granting provisional remedy of urgency by an absolutely incompetent court, starting with the systematic interpretation of the new model of process established by the Code of Civil Procedure of 2015. For this, at first, the main changes related to the rules for determining jurisdiction are explained. After, in a brief summary, the institute of provisional protection of urgency, its requirements and main characteristics are described. Subsequently, the grounds for granting protection by a totally incompetent court are examined. It is noted that, given its procedural nature, the possibility of flexibilization of the norms of determination of competence and that the debate, however derived from such norms, is related to constitutional and fundamental procedural principles, and the ultimate purpose of the procedural relationship should be given to the provision of adequate, effective and timely judicial protection, which has been elevated by the infraconstitutional legislator to a fundamental commitment, consecrating the principle of a fair process.

^{*} Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

^{**} Procurador do Estado do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Público e Doutor em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-doutor pela Universidade de Coimbra. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual, do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual, da *International Association of Procedural Law* e do Instituto Português de Processo Civil. Professor de cursos de Pós-Graduação pelo Brasil. Advogado.

KEYWORDS

Provisional remedy of urgency. Concession. Absolutely incompetent court. Fair process. Principles. Weighting.

SUMÁRIO

1. Introdução. 2. Principais alterações nas normas relacionadas à competência introduzidas pelo Código de Processo Civil de 2015. 3. Tutela provisória de urgência. 4. Fundamentos que ensejam a apreciação excepcional da tutela provisória de urgência em que pese a incompetência absoluta do juízo. 5. Conclusão. Referências. Dados da publicação.

1 INTRODUÇÃO

De forma antagônica ao Código Buzaid, caracterizado pelo formalismo e estabelecimento de procedimentos dotados de rigidez, o Código de Processo Civil de 2015 já nasceu flexível e trouxe consigo, de maneira vanguardista, um novo conceito de processo, consoante o qual é imprescindível que se observe a necessidade de utilização de um procedimento adequado à prestação da tutela jurisdicional pleiteada e que nesse procedimento sejam respeitados e observados os princípios constitucionais e as normas fundamentais processuais.

Da análise do Código ora vigente, depreende-se que houve um esforço do legislador em agregar à visão tradicional de processo – conjunto de atos vocacionados a fim determinado, realizados em contraditório¹ – a ideia de que toda relação processual, em que pese busque um fim específico, possui a finalidade intrínseca de prestação da tutela jurisdicional, a qual deve ser adequada, efetiva e tempestiva, sob pena de perda do objeto. Assim, resta evidente que o legislador visou salientar que o processo não é um fim em si mesmo, mas um instrumento que assegura à parte o acesso à justiça e, ainda, representa um caminho a ser seguido a fim de se obter uma tutela justa e tempestiva.

Dentre as alterações introduzidas está a maior visibilidade dada aos princípios (normas fundamentais), os quais foram agrupados e inseridos logo no início do diploma legal. O Código de Processo Civil de 2015 içou os princípios, de certa forma, a patamar supranormativo, destacando sua importância e tornando expressa a necessidade de que sejam constantemente observados; assim, foi atribuído aos princípios o protagonismo na aplicação do direito, devendo ser percebidos, além de ferramentas para suprir omissões legais, como diretrizes interpretativas de todo o sistema jurídico, ou seja, mesmo existindo norma jurídica que alcance o caso em concreto, o operador deverá interpretá-la e aplicá-la de forma a assegurar o respeito e a efetivação dos princípios constitucionais e fundamentais processuais.

¹ CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 26ª ed., rev. e atual. Editora Malheiros. São Paulo. 2010. Página 309.

No que tange aos procedimentos, percebe-se demasiada flexibilidade, tornando-se possível, nas diversas hipóteses enumeradas no diploma legal, a adaptação às especificidades do caso em concreto; ademais, houve conferência de maior liberdade às partes – negócios jurídicos processuais típicos e atípicos – bem como ao magistrado – ampliação dos poderes na condução do processo.

Na mesma senda, visando à prestação da tutela com a máxima celeridade possível e buscando evitar a repetição de atos já praticados – o que ensejaria maior morosidade, novas despesas e não asseguraria que os resultados obtidos fossem similares aos anteriormente produzidos – houve alteração significativa no sistema processual no que concerne às normas de competência, buscando o código ora vigente o aproveitamento da maioria, quiçá da integralidade, dos atos já praticados em juízo reputado incompetente.

Assim, alterando a sistemática vigente no código anterior, que determinava, em síntese, que os atos decisórios praticados perante juízo incompetente eram, *a priori*, eivados de nulidade e, portanto, impassíveis de aproveitamento, o Código de Processo Civil de 2015, forte nos princípios da celeridade, da instrumentalidade das formas e do aproveitamento dos atos processuais, reputa os referidos atos como válidos, eficazes e efetivos, ressalvado, contudo, a atribuição de tais características ante a prolação de decisão em contrário pelo juízo competente. Ou seja, percebe-se que houve uma inversão na natureza do ato praticado perante o juízo incompetente, o qual, após a vigência do Código de Processo Civil de 2015, passou a ser presumido como válido, sendo tal presunção afastada, tão somente, por decisão fundamentada do juízo ao qual foi atribuída a competência para processamento e julgamento da lide. É salutar registrar, ainda, que não há controvérsia quanto à possibilidade de aproveitamento dos atos praticados perante o juízo incompetente, independentemente se configurada incompetência absoluta ou relativa, porquanto tal faculdade restou expressamente prevista no texto legal.

A controvérsia reside, contudo, na possibilidade de análise e prolação de decisão por juízo incompetente na hipótese de verificar a existência de tutela provisória de urgência pendente de apreciação, cujo diferimento poderá acarretar grave dano ou de difícil reparação ao requerente, bem como da validade e eficácia dos atos decisórios proferidos por este juízo. Assim, questiona-se se, ao receber a lide, mesmo sendo latente sua incompetência, em consonância com a nova sistemática instaurada pelo Código de Processo Civil de 2015 e visando, unicamente, evitar a perda do objeto do processo – qual seja, como referido, a prestação de tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva – é possível que o magistrado,

anteriormente a se declarar incompetente e determinar a remessa dos autos ao juízo que entende competente, profira decisão referente à tutela pleiteada, resguardando assim o “bem da vida” ou, ainda, assegurando a utilidade e finalidade do processo.

Tal debate, em que pese seja oriundo de normas de delimitação de competência e, conseqüentemente, de definição de poder jurisdicional, não se restringe a tais temas; adentrando-se na epiderme, verifica-se que a questão abordada enseja, principalmente, o estudo da colisão entre os princípios envolvidos (em especial do juiz natural, acesso à justiça e da unicidade da jurisdição), bem como da mudança, introjetada pelo Código de Processo Civil de 2015, de cultura/visão quanto ao objetivo principal do processo e da efetivação desse objetivo.

2 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS NORMAS RELACIONADAS À COMPETÊNCIA INTRODUZIDAS PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Cabe ressaltar, inicialmente, que jurisdição e competência são institutos distintos. A primeira representa o poder atribuído ao Estado “de declarar o direito e de aplicá-lo ao caso em concreto, resolvendo de forma definitiva a lide ou qualquer questão de direito”²; salutar registrar que para Humberto Theodoro Júnior a jurisdição é mais do que mero poder do Estado, configurando verdadeira função (poder-dever), cujo principal papel é de prestar a tutela ao direito material – a qual deve ser justa e efetiva³. A competência, por sua vez, corresponde à “medida” de tal poder – ou, ainda, consoante Arenhart, Marinoni e Mitidiero⁴, à capacidade para exercê-lo.

Assim, resta claro que todo juiz é investido em jurisdição; no entanto, sua competência para processamento e julgamento não se estende a toda e qualquer causa, mas tão somente àquelas previamente definidas por critérios objetivos de fixação de competência – em suma, a jurisdição corresponde ao todo, enquanto a competência representa uma fração dele. Ademais, a jurisdição é uma, vez que representa manifestação do poder do Estado; contudo, para fins de organização e melhor prestação da tutela jurisdicional, há o estabelecimento de uma divisão entre os diversos órgãos jurisdicionais, através de critérios abstratos e previamente

² LACERDA, Galeno. *Teoria Geral do Processo*. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Forense. 2006. Página 76.

³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Volume I. 57ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Editora Forense. 2016. Página 107.

⁴ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: Tutela dos direitos mediante procedimento comum*. Volume 2. 2ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2016. Página 60.

estabelecidos na Carta Magna ou na lei. Incumbe ao magistrado, pois, enquanto terceiro investido de poder jurisdicional, exercer suas funções respeitando os limites da sua competência. Na hipótese de exercício da função jurisdicional para além dos limites fixados e, portanto, fora da sua “zona” de competência, reputar-se-á tal juiz como incompetente, devendo então ser remetido o feito ao juízo competente.

Conforme referido, a competência do juízo será delimitada de acordo com critérios abstratos (genéricos) e previamente estabelecidos. Esses critérios podem ser agrupados em dois gêneros distintos, os quais são definidos de acordo com o nível de disponibilidade que as partes podem exercer sobre as regras de fixação de competência; assim, tratando-se de normas cogentes, estabelecidas para assegurar a concretização do interesse público e inexistindo possibilidade de disposição ou convenção em contrário, estar-se-á diante de norma de competência absoluta; por outro lado, se a norma for dispositiva, voltada predominantemente à satisfação de interesse privado – para facilitar a efetivação do princípio de acesso à justiça – e cabendo às partes a faculdade de dispor sobre elas e afastá-las, se assim convir ao caso em concreto, estar-se-á diante de norma de competência relativa⁵.

É importante salientar que além de diferirem quanto à possibilidade de disposição e modificação pelas partes; os gêneros distinguem-se pelo momento adequado para sua arguição. Ante o evidente interesse público envolvido, a inobservância das normas referentes à competência absoluta pode ser arguida a qualquer tempo e grau de jurisdição; podendo, outrossim, na hipótese de trânsito em julgado da ação, ser objeto de ação rescisória (art. 966, II, CPC). Ademais, considerando que a tramitação perante juízo incompetente corresponde a vício insanável, que atinge tanto as partes como o Estado, possível sua arguição *ex officio* pelo magistrado. Quanto à competência relativa, somente pode ser objeto de arguição pelas partes, sendo vedado ao magistrado que as conheça de ofício; ademais, a parte deverá suscitar a questão em preliminar de contestação ou na primeira oportunidade que lhe competir manifestação nos autos, sob pena de preclusão e, conseqüentemente, de prorrogação da competência – ou seja, presume-se que houve concordância da parte com o foro em que a ação tramita, passando o juízo (anteriormente incompetente) a ser competente para o julgamento da lide.

Os referidos gêneros diferem, outrossim, em relação às conseqüências na hipótese de tramitação perante juízo incompetente. Ante a disponibilidade das normas de competência

⁵ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: Tutela dos direitos mediante procedimento comum*. Volume 2. 2ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2016. Página 66.

relativa, sua inobservância, na hipótese de não ter sido arguida pelas partes no momento apropriado para tanto (em preliminar de contestação ou na primeira oportunidade em que lhe cabia manifestação nos autos), não enseja qualquer nulidade dos atos ou a possibilidade de revisão das decisões proferidas – que são, portanto, válidas e eficazes. Nesse sentido, esclarece Athos Gusmão Carneiro que da violação de tais normas não decorrem nulidades; havendo suscitação da incompetência em momento oportuno, os autos serão remetidos ao juízo competente, caso contrário, haverá prorrogação de competência⁶. Cabe referir que, na vigência do Código de Processo Civil de 1973, em que pese inexistisse norma expressa quanto à hipótese de incompetência relativa, apesar de divergência doutrinária, era reiterada na jurisprudência a validade dos atos praticados.

No que tange às consequências na hipótese de inobservância das normas de competência absoluta, houve relevante modificação introduzida pelo Código de Processo Civil de 2015. Consoante preceituava o art. 113, §2º, do Código de Processo Civil de 1973, “declarada a incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente”. Ou seja, verificada a inobservância de regra de competência absoluta, ante sua indisponibilidade, quaisquer atos decisórios emanados do juízo incompetente eram reputados, *a priori*, como nulos de pleno direito, eivados de vício insanável e, portanto, não passíveis de aproveitamento.

Alguns processualistas criticavam veementemente tal dispositivo. Leonardo Greco, por exemplo, assevera a sua falta de clareza e a dificuldade de determinar quais atos efetivamente seriam preservados e quais seriam atingidos pela nulidade, ante a vagueza da expressão “atos decisórios” – sujeita a interpretações subjetivas. Ainda, destaca a necessidade de observância de que a jurisdição é una e, em decorrência disso, reputa que “se todos os juízes são titulares do mesmo poder jurisdicional, o direito de acesso ao direito exige o máximo aproveitamento possível dos atos praticados pelo juiz incompetente (...)”. Resta evidente, pois, seu posicionamento quanto à possibilidade de aproveitamento dos atos praticados perante o juízo incompetente, afastando sua nulidade e destacando a necessidade de celeridade e economicidade na prestação da tutela jurisdicional, salientando, ainda, que tais normas representam obstáculos “que nada servem aos jurisdicionados ou à própria efetividade daquela tutela”⁷.

⁶ CARNEIRO, Athos Gusmão. *Jurisdição e Competência*. 12ª Ed. São Paulo. Saraiva. 2012. Página 84.

⁷ GRECO, Leonardo. Translatio Iudicii e Reassunção do Processo. *Revista de Processo*. Vol. 02. Página 09/26. Dez/2008.

O Código de Processo Civil de 2015 unificou o tratamento dos atos praticados por juiz incompetente, sendo indiferente, pois, se decorrentes da inobservância de norma de competência relativa ou absoluta. Assim, resta consignado no art. 64, §4º, do referido diploma legal que “salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos de decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente”; ou seja, os atos reputar-se-ão válidos e serão conservados os efeitos da decisão até a prolação de decisão em sentido contrário pelo juízo competente, se for o caso. Daniel Amorim Assumpção Neves destaca, ainda, a possibilidade de se aferir da referida norma que os atos de caráter não decisório são válidos e eficazes, enquanto os atos decisórios detém presunção de validade, mas tem sua eficácia condicionada ao entendimento do juiz reputado competente⁸.

Percebe-se, pois, que tal entendimento, além de expressamente previsto no referido dispositivo, pode ser aferido pela interpretação sistemática de todo o texto legal, o qual busca, ante os princípios da unicidade da jurisdição, da instrumentalidade das formas, dentre outros, o máximo aproveitamento dos atos praticados perante o juízo incompetente, dando-se primazia, pois, a satisfação da tutela material da forma mais célere possível em detrimento de norma organizacional de repartição de competência.

Na mesma senda, poder-se-ia, ante a visão de processo instaurada pelo Código de Processo Civil de 2015, se aferir a possibilidade de análise e concessão de tutela provisória de urgência por juízo absolutamente incompetente, anteriormente à determinação de remessa dos autos ao juízo competente; para tanto, necessário que da verificação do caso em concreto, o juiz vislumbre a presença de determinados requisitos, conforme será analisado nos tópicos que seguem.

3 TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA

Ao avocar para si o monopólio da jurisdição e, portanto, vetar aos indivíduos, em regra, o exercício da autotutela, o Estado obrigou-se à prestação da tutela jurisdicional aos cidadãos, bem como acarretou o surgimento de um direito subjetivo àquela, um “direito à

⁸ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo CPC – Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015: inovações, alterações, supressões, comentadas*. 3ª Ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método. 2016. Página 85.

jurisdição”⁹. Ada Pellegrini Grinover aduz que disto decorre o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, consagrado no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que estabelece simultaneamente o monopólio estatal sobre a jurisdição, bem como o acesso à referida jurisdição – destacado que o acesso:

não se esgota com o poder de movimentar a jurisdição (direito de ação, com o correspondente direito de defesa), significando também que o processo deve se desenvolver de uma determinada maneira que assegure às partes o direito a uma solução justa de seus conflitos¹⁰.

Logo, além de ter direito de requerer a tutela, o cidadão tem direito fundamental a um processo justo; em que pese não haja expressa previsão constitucional, tal se depreende da interpretação de todo o ordenamento jurídico e condiciona que a tutela prestada seja adequada, efetiva e tempestiva. Consoante esclarece Humberto Theodoro Júnior, “a noção de processo justo está intimamente ligada à efetividade da prestação jurisdicional, de modo a garantir a todos o acesso à justiça, em tempo que não extrapole os limites do razoável”¹¹.

Veja-se, pois, que o direito ao processo justo compõem-se de dois valores basilares: a prestação de uma tutela segura – construída em observância aos mecanismos de segurança do processo, em especial os princípios processuais fundamentais; e uma tutela tempestiva – entendida como aquela prestada em tempo de ser proveitosa ao requerente, ou seja, que ainda lhe seja útil. No entanto, percebe-se, por óbvio, que segurança e tempestividade são valores inversamente proporcionais, pois quanto mais seguro é o processo mais tempo será necessário até a prestação da tutela, que será, por conseguinte, menos célere. Visando suavizar tal tensão e proporcionar à parte, na máxima potência possível, a obtenção de um processo justo, foram criadas pelo legislador técnicas de sumarização do processo.

Para Humberto Theodoro Júnior a demora na duração do processo pode acarretar o comprometimento da efetividade da tutela pleiteada pela parte, podendo ensejar, inclusive, prejuízos de proporções sérias; assim, tornou-se preciso estabelecer uma distribuição do custo da duração do processo e, para tanto, foram criadas as técnicas de sumarização e, dentre elas, as tutelas provisórias, que visam à regulação provisória da lide. Destaca, ainda, que conforme a natureza da tutela pleiteada, fundada na urgência, podem surgir provimentos que acarretem medidas conservativas (tutela cautelar) ou, ainda, satisfativas (tutela antecipada); refere,

⁹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Volume I. 57ªed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Editora Forense, 2016. Página 150.

¹⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini. A inafastabilidade do controle jurisdicional e uma nova modalidade de autotutela. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*. Nº 10. Jul/dez 2007. Páginas 13/18.

¹¹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Volume I. 57ªed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Editora Forense, 2016. Página 85.

ainda, a possibilidade de tutela protetiva de direitos reconhecíveis *prima facie*, através da chamada tutela de evidência¹².

Destacam-se, por ser objeto do presente artigo, as tutelas de urgência, as quais podem ser investidas de natureza cautelar (assecuratória ou conservativa) ou antecipada (antecipação do “bem da vida”); ainda, em relação ao momento no qual pleiteadas, podem ser incidentais (requeridas juntamente com o pedido final ou no curso da ação) ou antecedentes (pleiteadas anteriormente à formulação do pedido final).

A tutela de urgência é procedimento de cognição sumária, epidérmica, elaborada em conformidade com os elementos disponíveis ao magistrado quando da sua apreciação; ou seja, não é tão profunda quanto à decisão proferida após a produção de todos os meios probatórios requeridos e pertinentes ao caso em concreto – tal decisão é dita exauriente. Justamente por isso, ela é provisória, passível de revogação ou modificação na hipótese de sobrevir nova prova ou caso haja alteração na cognição judicial.

Diferentemente do Código de Processo Civil de 1973, que instituiu critérios e regramentos distintos para as tutelas cautelares e antecipatórias, o Código de Processo Civil de 2015 unificou-as, classificando-as, pois, como espécies de um só gênero: a tutela de urgência¹³. Assim, para concessão de ambas passou a ser necessário, consoante art. 300 do CPC/15¹⁴, o preenchimento dos mesmos requisitos, quais sejam: I) a possibilidade de um risco de dano à parte, na hipótese de não obter o provimento de imediato – salientando-se que tal dano tem que se dotado de concreção (precisa ser certo), gravidade (irreparável ou de difícil reparação e apto a prejudicar ou impedir a fruição de um direito) e, ainda, iminência (atual); II) acarrete risco à utilidade do processo, ou seja, o resultado final do processo, qual seja a prestação da tutela jurisdicional, será inútil, sem valia à parte, se não for obtido o provimento assecuratório; e III) é preciso que haja probabilidade de provimento final da tutela pleiteada, ou seja, devem estar presentes elementos concretos dos quais se depreenda a verossimilhança fática e a possibilidade jurídica do pedido. Salienta-se que os primeiros requisitos (I e II) são alternativos, enquanto o III deve estar presente em qualquer caso.

¹² THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Volume I. 57ªed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Editora Forense, 2016. Página 610.

¹³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Volume I. 57ªed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Editora Forense, 2016. Páginas 615/617.

¹⁴ A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Na mesma senda, de acordo com Humberto Theodoro Júnior, para que seja possível à parte alcançar a concessão de tutela de urgência, independente de sua natureza (cautelar ou satisfativa), é imperiosa a presença de dois requisitos:

- a) um dano potencial, um risco que corre o processo de não ser útil ao interesse demonstrado pela parte, em razão do “*periculum in mora*”, risco esse que deve ser objetivamente apurável;
- b) a probabilidade do direito substancial invocado por quem pretenda segurança, ou seja, o *fumus boni iuris*¹⁵.

Por fim, tratando-se de tutela provisória, é essencial que o provimento concedido não seja irreversível, forte no art. 300, §3º, do CPC/15¹⁶. Verifica-se, pois, claramente, a intenção do legislador de resguardar a segurança jurídica, uma vez que ante a situação de urgência e preenchimentos dos requisitos para concessão da tutela, adianta-se o provimento; no entanto, assegura-se a parte adversa, através do devido processo legal e consecutórios correlatos, a possibilidade de reversão e, conseqüentemente, restauração do *status quo*¹⁷. Salienta-se que tal regra não é absoluta, sendo necessária a ponderação por parte do magistrado dos valores envolvidos na lide; ademais, é da referida norma que se extraí a possibilidade de exigência de caução como condição para prestação da tutela (§1º do mesmo artigo)¹⁸.

4 FUNDAMENTOS QUE ENSEJAM A APRECIÇÃO EXCEPCIONAL DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA EM QUE PESE A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO

No que tange à possibilidade de apreciação da tutela provisória de urgência pelo juízo absolutamente incompetente, há de se consignar, primeiramente, que se trata de hipótese excepcional. Caberá ao magistrado, pois, ao reputar-se absolutamente incompetente para processamento e julgamento da lide, verificar, diante da pendência da apreciação da tutela provisória, se preenchidos os requisitos para sua concessão, bem como se o lapso temporal decorrente da remessa do feito ao juízo competente poderá acarretar na imprestabilidade da

¹⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Volume I. 57ªed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Editora Forense, 2016. Página 631.

¹⁶ A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

¹⁷ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. Volume I. 57ªed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro. Editora Forense, 2016. Páginas 625/626.

¹⁸ Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

tutela posteriormente concedida ou dano considerável à parte requerente, salientando-se, pois, como já referido, que não basta que o Judiciário preste a tutela jurisdicional, sendo sua obrigação prestá-la em tempo razoável, de forma que ainda seja proveitosa à parte.

Nessa senda, ensina Ovídio Baptista da Silva, em análise quanto à tutela cautelar (atualmente extinta do ordenamento jurídico, mas que possuía requisitos similares às tutelas provisórias de urgência), que não seria prudente ao operador de direito, defronte a evidência da urgência no pleito, condicionar sua análise à observância do juízo competente, devendo, excepcionalmente conhecê-lo, ante a iminência de perigo de dano de tal magnitude que represente óbice ao encaminhamento do feito ao juízo efetivamente competente¹⁹. Ovídio refere, ainda, que “todas as regras de competência deveriam ser, senão menosprezadas, ao menos relativizadas” a fim de possibilitar que a tutela fosse apreciada inclusive por juiz reputado incompetente²⁰.

Valendo-se da mesma lógica, Humberto Theodoro Júnior, também em análise ao extinto processo cautelar, destaca a finalidade de tal instrumento, não sendo concebível que tal finalidade encontre óbice no próprio processo, aduzindo ser contraditória a imposição de condição à sua utilização que acarrete na perda de seu objeto, tornando-a inócua ou imprestável²¹.

Outro ponto do qual se poderia valer para justificar a possibilidade de apreciação da tutela pelo juízo em que pese incompetente advém da natureza das normas de fixação de competência, as quais relacionam-se à maneira de externalização do ato e, por óbvio, à via utilizada para tanto. Consoante destaca Gelson Amaro de Souza, as normas de fixação de competência possuem natureza procedimental e, portanto, estão relacionadas à forma dos atos processuais – incidindo sobre elas, pois, a premência de observância do princípio da instrumentalidade das formas, as quais devem ser preteridas na hipótese de perigo ao direito. O autor conclui que

a matéria de competência é matéria simplesmente formal e a forma jamais poderia se colocar acima do direito. Sempre que o direito estiver em perigo, entre sacrificá-lo

¹⁹ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Do processo cautelar*. 3ª Ed. Editora Forense. Rio de Janeiro. 2006. Páginas 154/155.

²⁰ SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de Processo Civil*. Vol. 2. Processo Cautelar (tutela de urgência). 4ª Ed., rev. e atual. Editora Forense. Rio de Janeiro. 2008. Página 114.

²¹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Processo Cautelar*. 23ª Ed., rev. e atual. Livraria e Editora Universitária de Direito. São Paulo. 2006. Página 111/114.

ou sacrificar a forma, que seja esta sacrificada. Entre a forma e o direito deve se dar preferência a este. Primeiro o direito, depois, a forma ²².

Verifica-se, pois, que a jurisdição, enquanto poder/dever do Estado é una, detendo capacidade para exercê-la todo juiz, devidamente investido no cargo; contudo, visando facilitar o acesso à justiça, bem como sua especialização, para que seja prestada da forma mais qualificada possível, há sua distribuição em consonância com critérios abstratos e predeterminados; resta evidente que o objetivo do “fracionamento” da jurisdição é que a justiça seja de fácil acesso, bem como que a tutela seja prestada na maior potência possível de efetividade e tempestividade, não podendo admitir-se que as normas de competência acarretem empecilhos a estes objetivos. Nesse sentido, destaca Leonardo Greco que

a distribuição de competências entre os diversos juízes visa essencialmente a racionalizar o exercício da jurisdição e facilitar o acesso à justiça pelos cidadãos, não podendo ser desvirtuada para se transformar em óbice à tutela jurisdicional efetiva dos direitos e negação da própria promessa do Estado de assegurá-la²³ (grifo nosso).

A prevalência da tutela de urgência em relação às normas de competência pode ser extraída dos ensinamentos de Arenhart, Marinoni e Mitidiero, os quais aduzem que, havendo situação de urgência, não há óbice à prolação de decisão, ainda que por juízo incompetente, destacando que “é antiga a lição no sentido de que *‘quando est periculum in mora incompetentia non attenditur’*. A necessidade de tutela de urgência – como é intuitivo – é incompatível com a necessidade de definição do juízo competente”²⁴.

Contudo, além da verificação de que efetivamente a morosidade na apreciação da tutela de urgência pleiteada poderá acarretar dano grave ou de difícil reparação à parte ou a perda de sua utilidade e, conseqüentemente, do processo, justificando, pois, a flexibilização das normas de fixação competência, é necessário que o magistrado, anteriormente à apreciação e concessão da tutela, constate que não há indícios de que o ajuizamento da causa em juízo absolutamente incompetente se deu por liberalidade da parte, visando “fraudar” as referidas normas e a obtenção de provimento por juízo que sabidamente possui entendimento favorável ao pleito. Nesse sentido, consoante salienta Leonardo Greco, tal provimento “não

²² SOUZA, Gelson Amaro de. Dever de declaração de incompetência Absoluta e o mito da nulidade de todos os atos decisórios. *Revista dos Tribunais*. Vol. 833. Páginas 82/96. Março de 2005.

²³ GRECO, Leonardo. Translatio Iudicii e Reassunção do Processo. *Revista de Processo*. Vol. 02. Página 09/26. Dez/2008.

²⁴ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: Tutela dos direitos mediante procedimento comum*. Volume 2. 2ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2016. Página 72.

pode constituir um prêmio para o litigante que deliberadamente procurou o juízo incompetente”. Assevera, ainda, que é premente a observância do princípio da boa-fé, valendo-se da noção de erro escusável – assim, deverá ser considerado se efetivamente há “dúvida objetiva a respeito do conteúdo da norma aplicável, no nosso caso, a respeito do juízo competente”²⁵.

Neste debate, também gravitam implicações decorrentes da necessidade de ponderação entre princípios, em especial no que concerne ao princípio do juiz natural, utilizado como justificativa para vedar a concessão da tutela ante a incompetência do juízo e que acaba constituindo óbice, no caso em tela, à concretização do direito fundamental à obtenção de tutela jurisdicional efetiva, adequada e tempestiva.

O direito fundamental ao juiz natural, consagrado através dos incisos LIII²⁶ e XXXVII²⁷ do art. 5º da Constituição Federal, pode ser percebido sob dois enfoques distintos: “a) a independência e a imparcialidade jurisdicional e b) a predeterminação de critérios específicos para fixação da competência jurisdicional. Juiz natural é o juiz imparcial, independente e competente²⁸.” Veja-se, pois, que dentre o conjunto de circunstâncias que devem ser observadas para efetivação do referido princípio, encontra-se a determinação de que o juiz (enquanto terceiro imparcial, investido de poder jurisdicional) seja competente e, portanto, definido com base em critérios pré-estabelecidos, impessoais e objetivos. Assim, ante a aplicação incondicional e irrestrita de tal princípio, poder-se-ia entabular que não é possível a prolação de decisão, mesmo em caso de extrema urgência, por juízo incompetente.

Contudo, conforme referido, vigora no ordenamento jurídico, o princípio de inafastabilidade do controle jurisdicional ou do acesso à justiça, art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, o qual assegura à parte o direito de receber do Estado a prestação da tutela jurisdicional²⁹ buscada através do exercício do direito de ação. Ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973, Carlos Alberto Alvaro de Oliveira e Daniel Mitidiero já apregoavam que tal tutela deveria ser investida de adequação e efetividade, mediante processo

²⁵ GRECO, Leonardo. *Translatio Iudicii e Reassunção do Processo*. *Revista de Processo*. Vol. 02. Página 09/26. Dez/2008.

²⁶ Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.

²⁷ Não haverá juízo ou tribunal de exceção.

²⁸ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: teoria geral do processo civil e parte geral do direito processo civil*. Vol. 1. 1ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. 2010. Páginas 31/33.

²⁹ Sobre o direito de acesso à justiça enquanto direito de obtenção de uma tutela jurisdicional justa, confira-se RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. *A modificação do pedido e da causa de pedir no processo civil*. Rio de Janeiro: GZ, 2014, pp. 125-134.

justo. Para os referidos autores, tal princípio compreende o reconhecimento de uma tutela adequada, em consonância com as peculiaridades do caso em concreto e com as necessidades do direito material em conflito, e efetiva, produzindo, pois, efeitos práticos na vida social³⁰. Com a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015, tal entendimento foi reforçado, porquanto o referido dispositivo constitucional foi reproduzido no art. 3º. Ademais, considerando o compromisso assumido pelo mencionado diploma legal, agregou-se a concepção de que a tutela, além de adequada e efetiva, seja tempestiva.

Conforme ensinamentos de Arenhart, Marinoni e Mitidiero o legislador institui normas/princípios fundamentais no novo Código, as quais devem ser percebidas como “eixos normativos a partir dos quais o processo civil deve ser interpretado, aplicado e estruturado”. Salientam, outrossim, que tais princípios, dentre os quais destaca-se a prestação de tutela tempestiva aos direitos (art. 4º e 12), remetem ao princípio do processo justo – já minudenciado anteriormente – destacando que na hipótese de dúvidas, deve ser efetuada a interpretação sistemática do código com o texto constitucional, assegurando-se a observância e efetivação dos direitos fundamentais³¹. Logo, resta evidente a tentativa do legislador de dar destaque e, conseqüentemente, ensejar maior aplicabilidade às normas que implicam na efetivação do princípio do processo justo, composto por uma tutela segura e tempestiva; mais do que isso, é possível perceber sua intenção clara de vincular tal efetivação à finalidade última do processo. Em outras palavras, “o processo deixou de ser um instrumento voltado à simples atuação da lei para passar a ser um instrumento preocupado com a tutela dos direitos”³².

Além disso, não basta que os direitos sejam declarados, é preciso que sejam estabelecidas técnicas capazes de efetivá-los, para que produzam efeitos na vida social e, ainda, que tais efeitos atinjam as partes “em tempo” de serem reputados úteis. Consoante dispõe Cândido Rangel Dinamarco “o processo civil de hoje é um processo civil de

³⁰ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: teoria geral do processo civil e parte geral do direito processo civil*. Vol. 1. 1ª Ed. Editora Atlas S.A. São Paulo. 2010. Páginas 28/31.

³¹ ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *O Novo Processo Civil, edição 2017*. Editora Revista dos Tribunais. Páginas 03/08.

³² ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: Teoria do Processo Civil*. Volume 1. 2ª Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2015. Página 440.

resultados. A utilidade prática que se deseja do processo é a efetiva satisfação de pretensões apoiadas pelo direito³³”.

Note-se que a verificação de colisão entre princípios diante de uma situação concreta é relativamente comum; isso significa, em apertada síntese, que ao mesmo caso podem ser aplicados simultaneamente mais de um princípio, os quais podem possuir por vezes, cargas contraditórias entre si. Considerando que não há hierarquia entre os princípios, tal impasse deve ser resolvido através de ponderação e proporcionalidade³⁴. Para tanto é importante que sejam mensurados o grau de prejuízo e de importância subtraído de cada um deles, conduzindo-se, pois, à justificação da sobreposição de um sobre outro. Nas palavras de Humberto Ávila, cabe ao operador de direito realizar comparação entre a importância do fim almejado e a intensidade da restrição que sofrerá o direito fundamental; deve-se verificar, pois, se tal fim justifica a restrição³⁵. Logo, caberá ao magistrado verificar se a limitação momentânea do princípio do juiz natural pode ser justificada ante as especificidades do caso em concreto.

Robert Alexy dispõe que tal dilema deve ser solucionado verificando-se, no caso em concreto, qual dos princípios possui “maior peso”, devendo, então, ser dada prevalência a este; assevera, no entanto, que é importante que o princípio retrocedente não se torne inócuo ou inválido³⁶. Dessa forma, ante a intenção do legislador infraconstitucional, de alçada do princípio da prestação da tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva a “pedestal” do sistema processual, bem como finalidade intrínseca da relação processual, resta evidente que deve preponderar, ensejando a possibilidade de flexibilização do princípio do juiz natural (tal qual das normas de fixação de competência) para viabilizar o saneamento de situação de urgência contida na tutela requerida, no caso excepcional em comento, evitando-se, assim, a perda de sua finalidade e, conseqüentemente, da utilidade do processo. Ademais, em consonância com o que dispõe Alexy, de tal fato não decorre a invalidade do princípio do juiz natural, mas tão somente sua relativização momentânea, porquanto, posteriormente, será dado

³³ DINAMARCO, Cândido Rangel. Tutela Jurisdicional. *Doutrinas Essenciais de Processo Civil*. Vol. 1. Página 907. Outubro/2011.

³⁴ TAVARES, André Ramos. Elementos para uma Teoria Geral dos Princípios. *Coletânea dos princípios constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. Editora Malheiros. São Paulo. 2003. Página 27.

³⁵ ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 9ª edição. Editora Malheiros. São Paulo. 2009. Página 173.

³⁶ ALEXY, Robert. *Direito, Razão, Discurso*. Estudos para a filosofia do direito. Livraria do Advogado. Porto Alegre. 2010. Página 150.

prosseguimento ao feito perante o juízo efetivamente competente – o qual poderá, caso assim entenda, revogar ou modificar a tutela concedida.

A prolação de decisão por juízo incompetente pode ser verificada, pois, se preenchidos os requisitos defendidos anteriormente, em especial a configuração de situação de urgência de tal magnitude que justifique a relativização do princípio do juiz natural.

Veja-se, por exemplo, situação hipotética envolvendo uma criança, com pais separados, cuja regulamentação quanto à guarda ainda não foi definida; o menor reside com a mãe e, em finais de semana alternados, fica na casa do pai. Ocorre que, em determinada oportunidade, o pai não devolve o filho à mãe, a qual obtém informação de que ele pretende fugir com o menor. A mãe busca auxílio judicial, ajuizando, através de procurador constituído, perante o Juízo da Infância e da Juventude, na Comarca onde reside, ação de regulamentação de guarda com pedido de concessão de tutela provisória de urgência para que seja expedido mandado de busca e apreensão do menor.

O magistrado, ao receber o pedido, verifica, contudo, que não é competente para análise do pedido e julgamento do feito, porquanto o caso narrado não se insere em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente³⁷, o qual estabelece que os pedidos de guarda e tutela serão de competência do Juízo da infância tão somente nas hipóteses elencadas no art. 98³⁸ do mesmo diploma legal – menores em situação de risco. No entanto, considerando o contexto narrado, o diferimento da análise da tutela poderá acarretar dano de tal monta (ao menor e ao processo) que entende-se possível que esse juízo, em que pese incompetente, conceda a tutela requerida e determine que sejam tomadas as medidas necessárias para sua efetivação. Após, resguardado o interesse do menor, os autos serão remetidos ao juízo cível competente para prosseguimento do feito e, inclusive, revisão da tutela concedida. Por óbvio que, no caso em tela, a proteção do menor é preponderante em relação às normas de fixação de competência.

³⁷ A Justiça da Infância e da Juventude é competente para: [...] Parágrafo único. Quando se tratar de criança ou adolescente nas hipóteses do art. 98, é também competente a Justiça da Infância e da Juventude para o fim de: a) conhecer de pedidos de guarda e tutela.

³⁸ As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta.

5 CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, é possível se aferir que, diante de situação excepcional, mesmo que o magistrado verifique que o juízo absolutamente incompetente para processamento e julgamento da lide, é admissível que profira decisão concessiva de tutela provisória de urgência, anteriormente à determinação de remessa dos autos ao juízo que reputar competente. Para tanto, premente que se vislumbre nos autos o preenchimento dos requisitos para a concessão da tutela pleiteada e, ainda, possibilidade de dano iminente de tal monta que constitua óbice à morosidade inerente à remessa do feito a juízo diverso; ademais, necessária que se depreenda a boa-fé do requerente, ao qual é vedado valer-se da própria torpeza para obter benefício decorrente da flexibilização das normas de fixação de competência.

Salienta-se que tal possibilidade pode ser depreendida da interpretação sistemática do Código de Processo Civil de 2015, o qual estabeleceu como norma fundamental a prestação de tutela jurisdicional tempestiva, visando a concretização, outrossim, do princípio do processo justo, que possui como basilares a prolação de uma decisão segura – construída em observância ao devido processo legal e demais garantias constitucionais – e, ainda, tempestiva – prestada em tempo de ser reputada útil à parte requerente.

Ainda, considerando o caráter uno da jurisdição e que seu fracionamento, através de normas abstratas e pré-determinadas de competência, tem o escopo primordial de facilitar o acesso à justiça, não parece lógico que tais normas sejam utilizadas como empecilhos à concretização de tal direito, entendendo-se, portanto, passíveis de mitigação temporária diante da peculiaridade do caso em concreto.

Em que pese se verifique um conflito de princípios constitucionais, em especial do princípio do juiz natural em face do princípio do acesso à justiça, inexistindo hierarquia entre eles e aplicando-se os postulados da ponderação entre princípios, constata-se que deve ser dada prevalência ao princípio do acesso à justiça, ante a evidente intenção do legislador infraconstitucional de dar protagonismo à satisfação da tutela requerida, de forma adequada, efetiva e tempestiva, ainda que através de juízo incompetente.

Cabe registrar que, uma vez concedida a tutela provisória de urgência pelo juízo incompetente, a decisão terá presunção de validade, conservando seus efeitos até ser proferida decisão em contrário, eventualmente, pelo juízo competente. Ademais, caberá a este, possuindo entendimento em sentido contrário, proferir decisão fundamentada, fulcro no art.

11 do Código de Processo Civil de 2015³⁹, indicando expressamente os atos que serão atingidos e quais serão conservados.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Direito, Razão, Discurso*: Estudos para a filosofia do direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios*: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil*: Teoria do Processo Civil. Volume 1. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil*: Tutela dos direitos mediante procedimento comum. Volume 2. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *O Novo Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: Set 2017.

BRASIL. *Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm. Acesso em set. 2017.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 11 de Julho de 1990*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em set. 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em Set. 2017.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Jurisdição e Competência*. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 26. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Tutela Jurisdicional. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.); WAMBIER, Luiz Rodrigues (org.). *Doutrinas Essenciais de Processo Civil*. V. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

³⁹ Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

GRECO, Leonardo. Translatio Iudicii e Reassunção do Processo. *Revista de Processo*, v. 02. Página 09/26. Dez/2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A inafastabilidade do controle jurisdicional e uma nova modalidade de autotutela. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n. 10, jul./dez. 2007.

LACERDA, Galeno. *Teoria Geral do Processo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Novo CPC – Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015: inovações, alterações, supressões, comentadas*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: teoria geral do processo civil e parte geral do direito processo civil*. V. 1. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. *A modificação do pedido e da causa de pedir no processo civil*. Rio de Janeiro: GZ, 2014.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Do processo cautelar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de Processo Civil*. V. 2. Processo Cautelar (tutela de urgência). 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SOUZA, Gelson Amaro de. Dever de declaração de incompetência Absoluta e o mito da nulidade de todos os atos decisórios. *Revista dos Tribunais*, v. 833, p. 82-96, mar. 2005.

TAVARES, André Ramos. Elementos para uma Teoria Geral dos Princípios. *Coletânea dos princípios constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. São Paulo: Malheiros, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. V. I. 57. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Processo Cautelar*. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2006.

DADOS DA PUBLICAÇÃO

Categoria: artigo submetido ao *double-blind review*.

Recebido em: 23/10/2017.

Aceito em: 18/07/2019.